

# Paulistas querem debate sobre programa de saúde

\* 9 SET 1980 JORNAL DE BRASÍLIA

Piracicaba (SP) -- Os profissionais de saúde de São Paulo, reunidos em Piracicaba num seminário sobre « Democracia e Participação das Comunidades nas Administrações Municipais », aprovaram ontem uma nota com sua posição sobre a implantação do Prev-Saúde. Lembram dos problemas que podem ocorrer com a implantação de um programa como este em uma ampla discussão da comunidade, e citam o que aconteceu há 13 anos, com a criação do INPS.

## NOTA

« Nos, profissionais de saúde, colocados diante da perspectiva de profundas modificações no sistema médico-assistencial de nosso país, relacionadas à implantação do Programa Nacional de Ações Básicas de Saúde (Prev-Saúde), vimos publicamente estabelecer alguns pressupostos relacionados à discussão desta proposta governamental.

Lembramos, agora, que há 13 anos, por ocasião da fusão dos institutos de previdência (IAPS) organizados por categorias profissionais pelos trabalhadores brasileiros, inúmeros dos seus direitos foram aviltados ou suprimidos. A formação do INPS ocorreu de forma arbitrária e autocrática. Os resultados advindos deste tipo de medida consumada à revelia dos interesses dos profissionais de saúde e dos usuários dos serviços de saúde, foram catastróficos, sob todos os pontos de vista.

Hoje, em decorrência dos palpáveis avanços das organizações populares, rumo à reconquista de direitos usurpados e rumo à conquista da mais ampla liberdade política, nosso posicionamento diante de mais uma profunda transformação do modelo de assistência médica e sanitária é o de exigir que alguns requisitos básicos sejam atendidos, já na formulação deste modelo:

1°) Que se divulgue, a todos os

setores da população os estudos e as propostas desenvolvidas pela equipe técnica governamental, para ampla discussão. 2°) Que os movimentos populares organizados, os órgãos da classe médica, as associações dos profissionais de saúde, os sindicatos dos trabalhadores em geral e as prefeituras municipais, tomando conhecimento detalhado da proposta governamental para o setor de saúde (Prev-Saúde), possam expressar suas opiniões e propor modificações, no sentido de que se construa no nosso país um sistema nacional de saúde, com a participação da comunidade, em seus variados interesses. 3°) Que o sistema nacional de saúde assim construído, possa ser fiscalizado pelas organizações populares e profissionais. 4°) Que os critérios de distribuição dos grandes recursos canalizados para o Prev-Saúde, sejam critérios técnicos e bem definidos sem conotações político-partidárias e sem clientelismo».

Rio -- Os representantes de vinte e duas entidades da área da saúde, reunidos no último fim de semana em um seminário promovido pela Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro decidiram elaborar uma nota oficial, enviada ontem à imprensa, manifestando « apoio incondicional ao projeto Prev-Saúde, que se afigura como um autêntico substitutivo político e filosófico do Projeto de Lei nº 2.726/80 » de autoria do deputado Salvador Julianelli.

Na nota, os dirigentes das entidades que atuam no setor afirma, ainda, que o projeto de Julianelli tem três aspectos fundamentais para desagradar por completo os integrantes dessa categoria profissional. O mais importante diz que « o projeto, sob o ângulo jurídico, não levou em conta as regulamentações já existentes em termos do efetivo preparo de cada categoria em relação às tarefas envolvidas ».